

CARTA BRASIL CHINA

EDIÇÃO 8_ MAIO 2013

 CONSELHO
EMPRESARIAL
BRASIL-CHINA
中国-巴西企业家委员会



PÁG 9

Nova estrutura política chinesa

David Shambaugh, Diretor do China Policy Program da George Washington University



PÁG 15

Rumos das reformas econômicas

Hua Guancha, Dragonomics



PÁG 5

Impactos para o Brasil

Entrevista com o Embaixador Clodoaldo Huguency



PÁG 18

ANÁLISE CEBC

O potencial do turismo chinês no mundo e no Brasil

CARTA BRASIL CHINA

é uma publicação trimestral da Secretaria Executiva do Conselho Empresarial Brasil-China, que reúne análises e reflexões acerca dos principais tópicos da agenda bilateral.

PRESIDENTE

Embaixador Sergio Amaral

DIRETORES

Alfredo de Goeye (Sertrading), *Fernando Alves* (PwC), *Jackson Schneider* (Embraer), *Octavio de Barros* (Bradesco), *Pedro Freitas* (Veirano Advogados), *Rafael Benke* (Vale), *Roberto Milani* (Comexport), *Roberto Dias* (Odebrecht) e *Wilson Mello* (BRF - Brasil Foods).

CONSULTOR

Cláudio Frischtak

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Julia Dias Leite

ANÁLISE

André Soares, Coordenador de Pesquisa e Análise
Thaís Segall, Estagiária
Tulio Cariello, Estagiário

INSTITUCIONAL

Luciana Gama Muniz, Coordenadora Institucional
Giselle Vasconcellos, Analista Institucional
Karen Grimmer, Analista Internacional

PROJETO GRÁFICO

Presto Design

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Embaixador Clodoaldo Hugueney

Hua Guancha, Editor da Dragonomics

David Shambaugh, Diretor do China Policy Program da George Washington University

Para fazer alguma crítica ou sugestão, entre em contato com a Secretaria Executiva do CEBC:
cebc@cebc.org.br / +55 21 3212-4350 / www.cebc.org.br

PATROCINADOR OFICIAL DESTA PUBLICAÇÃO:



Bradesco

O Banco Bradesco apresenta produtos e serviços para diferentes perfis de clientes e também atua com a proposta de suprir as demandas de empresas interessadas em estabelecer e estreitar relações comerciais nos mercados brasileiro e chinês. Para isso, o segmento Corporate mantém uma gestão de relacionamento centralizada, oferecendo soluções estruturadas – Tailor Made e de Mercado de Capitais – e gerentes especializados em visões de risco, mercado e setores econômicos. Os atendimentos são exclusivos para que as empresas recebam soluções customizadas de acordo com os negócios realizados. Ao mesmo tempo, as Agências e Subsidiárias no Exterior (Nova York, Londres, Grand Cayman, Luxemburgo, Hong Kong, Buenos Aires e México) têm como objetivo a obtenção de recursos no mercado internacional para repasses a clientes, principalmente por meio de financiamento a operações de comércio exterior brasileiro. Para mais informações acesse o site bradesco.com.br

EDITORIAL

Caro leitor,

Esta edição da Carta Brasil-China aborda análises sobre os dois grandes temas em discussão sobre China, no momento: a nova estrutura política chinesa e os rumos das reformas econômicas a serem adotadas pelo país.

Dentro deste cenário de mudanças, apresentamos uma entrevista com o Embaixador Clodoaldo Huguene, que deixou, recentemente, o comando da Embaixada Brasileira em Pequim. O Embaixador fez um balanço sobre a relação bilateral durante o período no qual esteve à frente da Embaixada, abordando, também, as perspectivas para a nova etapa do desenvolvimento econômico chinês frente às recentes mudanças políticas e suas implicações para o Brasil.

Este exemplar publica, ainda, dois artigos convidados que ajudam a elucidar este momento de transição: o primeiro, sobre as reformas econômicas, escrito por um dos editores da Dragonomics, Hua Guancha, no China Economic Quartely, e o segundo, sobre a transição política chinesa, de autoria do Diretor do China Policy Program da George Washington University, David Shambaugh, publicado no Global Asia Journal.

Por fim, na Seção Análise CEBC, apresentamos um novo tema que ganhará, cada vez mais, importância na agenda bilateral: o potencial do turismo chinês no Brasil e no mundo. O artigo traz uma breve análise dos grandes números e do perfil dos turistas chineses no mundo, e dados sobre a presença deles no Brasil.

Desejamos a todos uma boa leitura.



JULIA DIAS LEITE
SECRETÁRIA EXECUTIVA

EDIÇÕES ANTERIORES - Acesse www.cebc.org.br



Ed.1 - Março 2011



Ed.2 - Agosto 2011



Ed.3 - Novembro 2011



Ed.4 - Março 2012



Ed.5 - Maio 2012



Ed.6 - Novembro 2012



Ed.7 - Janeiro 2013

NOVO ESTUDO SOBRE OS INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL

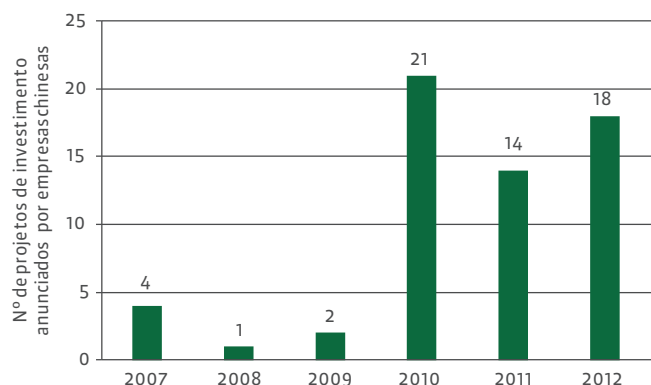
O Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) lançará, nos próximos meses, um estudo que apresenta os resultados de sua mais recente pesquisa intitulada: “Investimentos Chineses no Brasil de 2007-2012: Uma Análise das Tendências Recentes”, que foi realizada em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Este trabalho é parte integrante do Programa de Pesquisa do CEBC, cujo objetivo principal é levantar questões relevantes no âmbito das relações Brasil-China e contribuir para o ambiente de negócios entre os dois países. O primeiro estudo, lançado em maio de 2011, traçou um panorama dos investimentos chineses no Brasil em 2010 e 2011, e o segundo, lançado em junho do ano passado, identificou e analisou as atividades de 57 empresas brasileiras presentes na China.

Esta nova pesquisa afirma que, ao longo dos últimos anos, foi presenciado um aumento, sem precedentes, no volume e número de projetos de investimento estrangeiro direto chinês (IED) no Brasil, introduzindo uma nova fase nas relações econômicas sino-brasileiras. O Conselho foi capaz de identificar 60 projetos de investimentos anunciados por 44 empresas chinesas. Deste total, foi confirmado, junto às empresas, um volume de investimento de US\$ 24,4 bilhões nos últimos cinco anos.

A pesquisa ainda apresentará uma análise do conjunto de projetos anunciados, apontando as principais características dos investimentos chineses no Brasil e sua evolução ao longo do tempo.

Por fim, com o objetivo de compreender com maior profundidade o comportamento e os desafios vivenciados pelas empresas chinesas no Brasil, a pesquisa discute dois casos de ingresso e a atuação de empresas chinesas no país: o primeiro, sobre a Sinopec, que entrou no Brasil em busca de recursos naturais, e o segundo, sobre a Huawei, que veio em busca de um novo mercado.

Gráfico 1 - Evolução do nº de projetos anunciados



Fonte: Lista consolidada CEBC



ENTREVISTA COM

Embaixador Clodoaldo Hugueney

Um balanço sobre a relação Brasil-China nos últimos anos e perspectivas para o relacionamento econômico entre os países

CEBC: Em seu ponto de vista, poderia fazer um breve balanço da relação bilateral durante o período em que esteve na Embaixada do Brasil na China? Em que aspectos a relação entre os países avançou? Quais são os desafios que se apresentam para a relação econômica entre os países nos anos que estão por vir?

EMBAIXADOR CLODOALDO: A relação entre os países avançou em termos econômicos; o comércio cresceu espetacularmente; e os investimentos começaram a aparecer. Fomos capazes de remover as barreiras ao comércio de diferentes produtos brasileiros, com destaque para o setor de carnes, onde foi possível superar barreiras sanitárias e legalizar o ingresso dos três tipos de carnes na China. Enquanto o mercado chinês continuar demandando matéria-

-prima e produtos agrícolas, a relação de comércio entre os países deverá se manter de forma quantitativa em um patamar elevado, ponto este que reflete a famosa complementaridade entre as economias. No entanto, em termos qualitativos, como é sabido, a relação comercial poderia ser mais equilibrada, com o Brasil buscando exportar produtos com maior valor agregado para a China.

Outro ponto que merece destaque foi o esforço empreendido no sentido de estruturar melhor a relação. Para isto, criou-se um maquinário institucional que foi colocado em funcionamento com o objetivo de coordenar as iniciativas entre os dois países. A COSBAN, que não se reunia desde 2006, aconteceu em 2012; foram assinados diversos acordos entre os países, com destaques para o Plano de Ação Conjunta – 2010-2014 (PAC) e, no ano passado, o Plano Decenal; e houve reuniões das 11 subcomissões da COSBAN com o intuito de gerar propostas, fiscalizar o andamento e avançar o diálogo bilateral.

Já no plano político, também foram registrados grandes avanços na relação entre os países. Hoje, já temos reuniões anuais de chefes de estado, uma vez na China e outra no Brasil. Além disto, como consequência da crescente projeção internacional dos dois países que participam de fóruns como os BRICS e o G20, temos também encontros bilaterais de chefes de estado à margem destas reuniões. Por exemplo, houve uma reunião entre a Presidente Dilma e o Presidente Xi Jinping na recente reunião dos BRICS. Então, de forma geral, os representantes chefes dos países se encontram quatro a cinco vezes ao ano, o que cria uma perspectiva de coordenação da relação no mais elevado nível de governo – estes são momentos oportunos para avanços em questões críticas para a agenda dos dois países. Fora isto, os chineses também têm enviado importantes delegações ao Brasil. Nos últimos anos, durante o governo Hu-Wen, quatro dos nove membros do Comitê Central do partido já estiveram no Brasil, incluindo o atual presidente Xi Jinping. Estas visitas também são relevantes para o governo brasileiro apresentar suas questões, dado que estes representantes possuem grande influência dentro da política interna chinesa. As visitas ao nível provincial também se tornaram frequentes; muitos governadores brasileiros realizaram visitas oficiais à China e o mesmo pode ser dito sobre representantes das províncias chinesas que, cada vez mais, vêm ao Brasil.

Agora, sobre os desafios, falta um planejamento estratégico sobre o que o Brasil quer com a China. A relação brasileira com este país está em um nível

semelhante ao da relação com os EUA. Isto ocorre, pois, hoje, a China é a segunda maior economia do mundo e tem, no contexto da economia mundial, um peso maior do que a economia americana tinha antes da crise, dado que está sustentando grande parte do crescimento mundial. A relação do Brasil com os EUA já tem sua base codificada. No entanto, a China ainda possui grande nível de especificidade a ser entendida pelos brasileiros. Por exemplo, linguagem corporal, códigos de relacionamento e práticas de negócio são muito distintos e precisam ser aprendidos. Há décadas os americanos e europeus vêm buscando identificar quais são seus interesses com a China e como devem negociá-los com o governo chinês. Sem contar que o próprio governo chinês já possui grande disciplina e inclinação para o planejamento estratégico de sua relação com outros países. Um exemplo disto é o fato do Ministério das Relações Exteriores da China possuir 70 diplomatas dedicados a gerar propostas para o planejamento estratégico do país.

Dito isto, é necessário que o Brasil realize uma grande reflexão sobre o que nosso país quer com a China daqui a 20 anos. Onde pretendemos chegar? Qual é o papel da China no mundo e como o Brasil pretende se posicionar? E é importante que esta análise não seja feita somente pelo governo; outras esferas sociais também devem participar da discussão, como o setor privado e a academia. Além disto, deve haver uma discussão que ultrapasse os silos setoriais, que são muito importantes, porém, não suficientes para a formulação de uma estratégia. É preciso ter uma visão de conjunto da relação e uma instância de decisão que se utilize desta visão para ter capacidade de atuar de forma estratégica. Para tanto, seria necessária a existência de um órgão de coordenação, pois coordenar a relação com a China envolve, hoje, seguramente, 20 Ministérios e é praticamente impossível a qualquer deles exercer essa coordenação.

Essa instância de coordenação estratégica criaria a base para uma efetiva coordenação interna essencial para que possamos negociar com a China. necessitamos de um renovado tripé de planejamento, coordenação e negociação, o qual insisto, deve incluir todos os atores relevantes.

Considero, também, que esse trabalho deveria ser complementado por um esforço de melhor conhecimento da China e da Ásia, para onde está se deslocando o centro da globalização. Esse esforço deve contar com uma contribuição central da área acadêmica mas não deve estar a ela restrito. É necessário estabelecer um network amplo de contatos e instâncias de diálogo. O CEBC tem um papel

importante a exercer nesse contexto.

CEBC: Mas não cabe ao Itamaraty por falta de pessoal para tanto ou devido ao posicionamento do Itamaraty dentro do governo?

EMBAIXADOR CLODOALDO: Idealmente deveria haver uma instância ligada diretamente à Presidência, mas que envolva também a sociedade, o setor privado e a academia. Deve ter uma estrutura ampla, com núcleo governamental para mover as iniciativas e apoiar os esforços de negociação brasileira. Como consequência da criação de tal instância de coordenação, teremos uma capacidade ativa de negociação com a China.

Além disto, com a troca de governo na China, podem ocorrer algumas mudanças nas estruturas já existentes de diálogo bilateral. Wang Qishan não deve mais ser o interlocutor do Brasil na COSBAN. Isto abre espaço para se pensar a partir de outros exemplos de coordenação bilateral da China com terceiros países. No caso americano, existem o Strategic Economic Dialogues, e o diálogo político, dois braços complementares em nível equivalente. Vale lembrar que, neste momento, o governo americano vai à China para negociar seus interesses não somente no contexto da relação bilateral, mas também, no contexto da relação dos EUA com a Ásia. As propostas americanas são formuladas internamente sob a coordenação presidencial e suas iniciativas de negociação envolvem não somente a China, como outros países da região. Já no caso da Índia, onde o diálogo entre os países é também sensível, dadas as questões fronteiriças, também foi criada uma instância de negociação com vistas a tentar mudar o perfil do comércio bilateral, que se apresenta muito deficitário para o lado indiano.

O próximo interlocutor na COSBAN poderá ser Wang Yang, Vice-Primeiro-Ministro que tem sido responsável por participar do Strategic Economic Dialogue e por receber outros representantes chefes de outros países. O que deve ser feito agora é um trabalho de reconhecimento deste novo governo e dos novos interlocutores que estão nos cargos. Tenho percebido que muitos países já têm enviado delegações e requisitado reuniões na China – o Brasil deve fazer o mesmo. Vale lembrar que isto também será de grande importância para entender os rumos das reformas econômicas.

CEBC: Vamos pegar o gancho das reformas econômicas. O que o senhor acha que pode acontecer? Quais seriam as prioridades do governo em termos de reforma?

Esta é uma pergunta para qual

talvez nem o governo chinês tenha uma resposta. Existe sim uma certeza do que deve ser feito, mas, o governo ainda não foi capaz de avançar em diferentes temas. Se você analisar as opções de reforma econômica que o governo chinês deveria seguir, verá que muitas delas já estavam presentes no 11º. Plano Quinquenal e foram explicitadas no 12º. Plano Quinquenal. Também já foram feitos diferentes planos e documentos setoriais, como o dos sete setores estratégicos e o China 2030, este último com envolvimento do novo Primeiro-Ministro Li Keqiang. E, no momento do final do governo Hu-Wen, houve o sentimento de que, apesar destas iniciativas de planejamento, as reformas haviam avançado pouco. Isto pode ser explicado pelo impacto da grande crise sobre a China, o que mudou os rumos da agenda econômica e prejudicou a possibilidade de realização das reformas. Mas o diagnóstico que há na China, agora, é que as reformas são indispensáveis. O Presidente Xi Jinping e o primeiro ministro Li Keqiang já deram alguns sinais de que estão comprometidos com a agenda de reformas. O Presidente reeditou a viagem que Deng Xiaoping fez ao sul da China, em 1992, momento em que grandes reformas de abertura foram realizadas, e fez uma série de discursos sobre a necessidade de mudanças na economia chinesa.

Se olharmos o cenário econômico, veremos que existe imensa sobre-capacidade em determinados setores, como o do aço e das energias solar e eólica onde empresas estão sofrendo perdas bilionárias. Outro problema está relacionado à capacidade dos agentes financeiros dos governos locais, que possuem considerável nível de endividamento. Então, temos problemas que o governo chinês não pode mais ignorar. O que falta é uma agenda propositiva de como ele deverá tratar estas questões. E, se prestarmos atenção, veremos que, historicamente, todo novo governo chinês tem apresentado sua agenda de reformas durante o 3º Pleno do Comitê Central do Partido, momento em que as ideias já foram ponderadas e decantadas pelo governo central. Por exemplo, Deng Xiaoping apresentou sua agenda de abertura econômica; Jiang Zemin, a sua teoria das três representações; e Hu Jintao, a sua teoria de desenvolvimento científico e harmonioso. Então, é de se esperar que, até o final deste ano, o governo chinês deva apresentar seu blueprint para a agenda de reformas econômicas.

CEBC: Foi muito simbólica esta reedição da viagem de Deng Xiaoping ao Sul da China feita, agora, por Xi Jinping.

EMBAIXADOR CLODOALDO: Certamente. Isto ocorreu, pois o presidente

Xi Jinping tem consciência de que precisa de uma grande mobilização de empresários e pensadores da academia para ajudar neste momento de reformas. Ele já disse publicamente que muitas contribuições devem ser feitas e que um consenso deve ser alcançado.

Também é preciso atentar que algumas reformas já estão acontecendo, e que não devemos esperar que o ritmo de avanço delas seja radical. O primeiro documento do 18º Congresso adotado pelo novo governo foi sobre política agrícola. Eles resolveram começar uma reforma na área rural, a partir da região de Heilongjiang, que é a maior produtora de cereais da China. As mudanças econômicas são feitas de forma experimental e controlada. O governo aplica reformas econômicas em uma determinada região da China e, depois, avalia os resultados realizando eventuais correções em sua política. Passada esta etapa, o governo, então, estende estas políticas a outras áreas do país.

CEBC: E quais seriam os impactos para a atuação das empresas estatais chinesas?

EMBAIXADOR CLODOALDO: É esperado que a dimensão do estado na economia diminua, pois existem muitos setores com capacidade ociosa, como o siderúrgico, o químico e o da energia solar e eólica. Muitas empresas chinesas estão enfrentando dificuldades.

No caso específico de painéis solares, os EUA e a Europa fecharam seus mercados para os chineses, e ninguém tem capacidade de competir com eles neste setor, pois existem muitas empresas chinesas fabricando este tipo de produto, o que fez com que seu preço caísse vertiginosamente no mercado mundial. Por outro lado, isto pode gerar oportunidades para terceiros países. No caso do Brasil, podemos importar os painéis e integrá-los internamente, gerando capacidade para atender à demanda de cidades do interior do país.

CEBC: E com relação ao mercado financeiro e de capitais?

EMBAIXADOR CLODOALDO: Penso que o modelo japonês seria um bom exemplo para os chineses avaliarem como devem realizar a sua abertura do mercado de capitais, ponderando o que fazer e o que evitar. Também é importante lembrar que as crises vivenciadas, recentemente, pela economia global tiveram origem em problemas oriundos dos mercados de capitais. A China tem consciência destas experiências e tem realizado as reformas de maneira prudente e cautelosa. O processo de abertura de mercado está sendo realizado em Hong Kong, e é esperado que Xangai siga um modelo semelhante. Também é possível ver a China avançando na inicia-

tiva de internacionalização de sua moeda, através de diferentes acordos de swap com terceiros países e de uso de moeda local no comércio. No entanto, não enxergo um avanço acelerado destas iniciativas; avalio que a abertura do mercado de capitais e a conversão da moeda chinesa devam levar ainda uma década para se consolidar.

“SE OLHARMOS O CENÁRIO ECONÔMICO, VEREMOS QUE EXISTE IMENSA SOBRECAPACIDADE EM DETERMINADOS SETORES, COMO O DO AÇO E DAS ENERGIAS SOLAR E EÓLICA ONDE EMPRESAS ESTÃO SOFRENDO PERDAS BILIONÁRIAS”

CEBC: Como os bancos brasileiros se posicionam frente a este cenário?

EMBAIXADOR CLODOALDO: O caso de sucesso é o do Banco do Brasil, que está para abrir uma agência na China. Esta foi uma grande conquista, já no final da minha gestão na Embaixada, e um importante marco para o apoio às empresas brasileiras interessadas em ingressar no mercado chinês. Por outro lado, não registrei interesse de outros grandes bancos nacionais em seguir os passos do Banco do Brasil. O que existe é a presença de escritórios de representação ou de análise dos mercados de capitais de Xangai e Hong Kong. Talvez isso se explique em função do grande número de etapas necessárias para a aprovação e legalização para um banco estrangeiro operar como agência na China. É um processo demorado, detalhista e de grande consumo dos recursos da organização. Vale lembrar que não existem barreiras específicas, uma vez que, cumprindo os requisitos, é possível a operação em território chinês. Isto pode ser visto através da numerosa presença de bancos de terceiros países na China.

CEBC: Mudando um pouco de assunto, o senhor poderia falar sobre o processo de integração das cadeias produtivas na Ásia?

EMBAIXADOR CLODOALDO: Quando trabalhei no Ministério do Planejamento com o Ministro João Batista, eu costumava receber muitas delegações chinesas que tinham como objetivo aprender sobre o processo de substituição de importações que o Brasil fez. De fato, a conclusão que os chineses chegaram é que o crescimento da sua economia e de suas empresas não poderia ser feito em um ambiente fechado, e que a globalização era a ordem do dia. Desta forma, a China cresceu como grande potência econômica, já de forma integrada à sua

região e à economia mundial. Muitos não atentam para isto, mas a China pagou um preço altíssimo para conseguir alcançar este objetivo. Muitas empresas foram fechadas; muitas faliram; o governo teve de lidar com milhões de desempregados; e até mesmo chegaram a reduzir uma parte de sua produção de soja. Não foi algo trivial.

Também vale ressaltar que a China promoveu diversos acordos com o Sudeste Asiático com o objetivo não somente de aumentar o volume de comércio com a região, mas, principalmente, para criar cadeias produtivas em diferentes setores da economia em conjunto com estes países. O caso clássico é o do Iphone que, apesar de ser exportado pela China, somente 4% dos custos da produção estão localizados no país. O acordo que a China possui com a ASEAN foi capaz de liberar 90% do comércio que o país possui com a região, com zero de tarifa. Além disto, o acordo também cobre a área de serviços e de investimentos intrarregião. Agora, a China está negociando um acordo trilateral com o Japão e a Coreia, o que fortalecerá ainda mais o comércio e as cadeias produtivas da região.

CEBC: Como o senhor enxerga o Brasil dentro deste complexo que é China+ASEAN? Como vê os EUA agora tentando fazer o acordo do Transpacífico? Seria uma solução buscar algum tipo de acordo para também nos integrarmos à região?

EMBAIXADOR CLODOALDO: Avalio que o momento atual está complicado para isto. Em um cenário de desaceleração da economia mundial, existe uma enorme resistência a esse tipo de iniciativa.

Um acordo entre os países faz sentido dentro de um contexto no qual o Brasil possui uma estratégia já definida de como atuar com a China, e o acordo faria parte desta estratégia, com o objetivo de apoiar o setor empresarial na sua relação com o país asiático.

Além disto, análises deveriam ser feitas com o intuito de verificar qual seria a melhor maneira do Brasil realizar isto. Vale a pena ser um acordo bilateral? Poderia ser um acordo a partir do MERCOSUL? Então, mesmo depois de formular uma linha de ação, também deve ser pensado qual tipo de abordagem seria mais eficaz.

Ainda considero que tal iniciativa não deveria ser feita pautada somente no comércio de produtos, o que não faz sentido no contexto econômico atual. Acredito que serviços e investimentos também devam ser contemplados. Devemos pensar também em quais áreas gostaríamos de atrair investimentos, e quais serviços

pretendemos desenvolver para, então, pensarmos em como todos estes objetivos poderiam ser consolidados em um acordo.

CEBC: Como podemos pensar a relação comercial com a China?

EMBAIXADOR CLODOALDO: Precisamos fazer o dever de casa e pensar em como podemos editar uma estratégia de penetração no mercado chinês. Primeiramente, devemos, seriamente, identificar se há obstáculos e quais seriam estes. Não devemos seguir um tipo de estratégia de promoção comercial clássica. Precisamos ter um panorama geral das dificuldades que temos no comércio, em quais áreas de investimento vemos oportunidades e analisar a melhor maneira para o ingresso da empresa brasileira no mercado chinês.

Também é importante que a análise contemple a parte de serviços, pois uma grande demanda está para emergir na China para serviços em diferentes setores. Então, para cada produto/setor deverá ser ponderado se vale a pena entrar via comércio ou via investimento e, também, se com a participação de um sócio chinês ou sozinho.

Além disto, o empresário brasileiro tem que se dispor a ingressar no mercado chinês; ele tem que saber que estará disputando o mercado com empresas de todo o mundo, o que exigirá maior investimento e coordenação, mas também trará benefícios para o grau de competitividade da empresa.

CEBC: Hoje, na verdade, temos uma agenda que é bastante ampla com um país muito importante. Então, voltamos à seguinte questão sem um planejamento estratégico, uma visão do conjunto, as partes se perdem. A negociação tem que ser feita olhando para o todo da relação.

EMBAIXADOR CLODOALDO: Exato. Uma área que também deve ser contemplada é a de Ciência e Tecnologia. Como já mencionado, os chineses realizaram um grande esforço de análise e planejamento, e consolidaram os sete setores estratégicos para sua economia. Então, a partir disto, começaram a investir nestes setores, criando centros de estudos, contratando pesquisadores, apoiando o surgimento de empresas relacionadas aos setores. Se olharmos com cuidado, veremos que muitos deles também são estratégicos para o Brasil como: novas fontes de energia, energias renováveis e produtos verdes, nanotecnologia e biotecnologia. Neste momento, devemos entender que áreas podemos desenvolver em conjunto; para que áreas devemos atrair investimentos deles; e quais são as empresas brasileiras que podem aproveitar este momento de incentivo para ingressar na China. Muita coisa pode ser feita na área de bioplásticos, etanol de segunda geração, bio-

tecnologia e serviços de reciclagem.

CEBC: Por fim, gostaríamos de falar um pouco sobre o turismo. O Conselho fez uma análise sobre o potencial do turismo chinês no mundo e no Brasil e vimos que a China já é o principal país em termos de envio de turistas ao exterior e de gastos destes turistas no mundo. Porém, o Brasil ainda tem sido pouco contemplado como destino para estes turistas. Também vimos que o turismo é um ponto ainda pouco explorado nos acordos entre Brasil e China. Frente a um cenário de grandes eventos internacionais como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo, quais são suas perspectivas para o turismo entre os países?

EMBAIXADOR CLODOALDO: Esta é uma fonte espetacular de renda para o Brasil. No entanto, o país precisa se preparar para receber tais turistas. Se um ou dois milhões de turistas chineses vierem ao Brasil, não teremos estrutura para recebê-los aqui.

É necessário que existam companhias de turismo que falem o chinês; os hotéis devem ter comida específica para eles, pois seus hábitos alimentares são totalmente diferentes dos nossos. Por exemplo, os quartos dos hotéis devem possuir água quente para beber, pois o chinês não bebe água gelada, e o café da manhã deve conter mingau de arroz, entre outros itens.

Além disto, as empresas brasileiras de turismo também precisam entender as preferências dos turistas chineses. Eles não gostam de pegar sol e não se interessam em ir a praias. Por outro lado, adoram ver belezas naturais, como as Cataratas do Iguaçu e a Floresta Amazônica. E gostam muito de gastar dinheiro com compras e com jogos em cassinos.

O chinês adora o futebol brasileiro, acompanhando de perto os Jogos Olímpicos, dado que a China sempre compete de igual com os EUA para vencer no quadro de medalhas. Então, certamente, vejo um cenário positivo para a vinda de novos turistas ao Brasil.

No entanto, não devemos deixar de pensar em importantes questões de infraestrutura para o recebimento do turista chinês. A Embaixada e os Consulados do Brasil na China não possuem capacidade para atender, por exemplo, ao requerimento de 1 milhão de vistos de chineses interessados em vir ao Brasil.

Isto significa que os esforços de promoção devem ser muito bem pensados para não recebermos turistas além da capacidade de atendê-los com um bom serviço. Caso contrário, mancharemos a imagem do Brasil como destino turístico para os chineses.

CHINA'S LEADERSHIP TRANSITION: WILL IT GO DEEP ENOUGH? *

Por David Shambaugh, Diretor do China Policy Program da George Washington University

After two years of preparations and secret maneuvering, China has now ushered in its new leadership the “fifth generation” to rule the nation since 1949. We now know who will rule China in the years to come, but what characterizes the new elite, how are they likely to rule, when might we begin to see new policy initiatives and is the new party-state stable?

True to Chinese communist tradition, the recent leadership reshuffle was orchestrated behind closed doors with no small amount of factional maneuvering and manipulation by retired party elders. The Bo Xilai scandal, which erupted in the midst of the transition, added further drama and uncertainty to the process. While the Chinese Communist Party (CCP) has now institutionalized a regular turnover of the elite at 10-year intervals and fixed retirement ages, the continued opacity of the selection and appointment process and the intense bargaining among competing patron-client networks highlights the lack of real institutionalization. In this regard, China's political system remains immature and unaccountable, but the very fact that there are now regular transitions reflects progress from China's Maoist past. This is one of Deng Xiaoping's lasting legacies, but it is also one of the key lessons the CCP learned from its intensive study of the former Soviet Union's collapse.

The transition was unveiled in three phases. The new CCP leadership was rolled out at the 18th Party Congress in November 2012, followed immediately by the appointment of the new Central Military Commission, and then in March 2013, the new government (State Council, National People's Congress Standing Committee, President and Vice-President) was announced at the 12th National People's Congress.

The Party Congress produced a sweeping turnover of leading personnel. A new seven-member Standing Committee of the Politburo was elected, with the full Politburo of 25 members drawn from the 205-member Central Committee (which also has 171 alternates). A seven-member Secretariat was also drawn from the Politburo. This represents approximately a 70 percent turnover in the Central Committee and the Politburo, with five of the seven Standing Committee members being replaced. (See Tables)

The new Standing Committee appears to be filled with strongly conservative individuals while the Politburo contains more reformist elements. This would suggest a continuation of current conservative policies most likely for five years until five of the seven must retire at the 19th Party Congress in 2017. At that point, the more reformist members of the Politburo would be set to step up to the Standing Committee and a more progressive and more reformist second Xi Jinping term might be anticipated. Given the disposition and orientation of the current Standing Committee, however, I would anticipate a general continuation of the very conservative policies associated with Hu Jintao's second term, albeit with some marginal policy adjustments.

OVERCOMING POLICY SCLEROSIS

The Hu Jintao-Wen Jiabao leadership that just stepped down is widely viewed as having been quite ineffective in a number of policy areas to the point where some Chinese commentators characterize their rule as “ten lost years.” Certainly the past four years have witnessed policy sclerosis in the Party and government. The looming leadership transition was one contributing factor, but genuine fear of undertaking reforms was a deeper one. That is, many in the Party and government are well aware of the pressing need for bold and far-reaching reforms political, economic, financial, social, ethnic, civic, legal, media, educational, technological but two factors limited these reforms from being undertaken. First, there was deep disagreement between conservatives and liberals over what reforms were needed, and second, there was a shared fear that any real reforms (particularly political and social ones) could quickly cascade out of control of the Party-state and could wind up undermining the Party's grip on power. The CCP is highly aware of the negative example of Mikhail Gorbachev's Soviet Union and genuinely fears a similar scenario in China if serious reforms are undertaken. As a result of this policy sclerosis, the various problems in society festered and deepened during the Hu-Wen era leaving the Xi Jinping-Li Keqiang leadership facing heightened and sharper frictions in society, the economy and polity.

*This article originally appeared in English in *Global Asia*, Vol. 8, No. 1 (Spring 2013).

The likely continuation of conservatism is not to say that there will be no new policy initiatives. For his part, Xi already seems a bit bolder than Hu, and also displays a more relaxed demeanor and warmer personality. Xi's background is different from the apparatchik-technocrat Hu; Xi is more a "managerial princeling" with a greater personal flair and feel for common people.

In the four short months he has been in power, Xi has already struck several new themes. First, he signaled a tougher attitude towards tackling corruption, which is a cancer riddling the entire society and Party-state. Appointing the tough-minded Wang Qishan to head the Central Discipline Inspection Commission is another indication that the leadership may mean business this time – although the pervasiveness of the problem suggests that it can never be effectively curbed and certainly not without real institutional checks and balances, an open media and real rule of law. In addition, Xi issued an eight-point directive to curb expenditures on official banquets, cars, motorcades and other extravagances. He also has indicated his distaste for official "formalism" and sloganeering.

The centerpiece of Xi's new program seems to be his call to realize the "Chinese Dream" (中国梦). Although he has not elaborated on the concept in any great detail, he has indicated that the Chinese Dream includes two core elements. The first is a more equitable and communitarian society, which offers a contrasting vision to the reality of a country with the world's highest Gini coefficient – a measure of income inequality – and a pervasive mentality of Hobbesian hedonism. The second element is the "great renaissance of the Chinese nation" (中国的大复兴) the notion that China will regain its central place in the global order and all Chinese will have dignity and live a comfortable life.

But Xi's vision also has a harder and more nationalistic edge to it. Within a week of gaining power, he led the Politburo Standing Committee on a tour of the "Road to Rejuvenation" exhibition in the National Museum on Tiananmen Square. This exhibition is all about China's "Hundred Years of Shame and Humiliation" at the hands of the West and Japan, and how the CCP put an end to this imperialist exploitation and delivered unity and dignity to China. In this gesture and in speeches, Xi has explicitly tied himself to this negative nationalist narrative and taken other steps to signal a tougher stance on foreign and national security policy. He has toured and inspected numerous military units (army, air force, naval and missile commands) and has given a series of tough speeches urging the People's Liberation Army to "prepare to fight and win wars." He has coupled this tough rhetoric with the vision of a "strong nation and strong military" (强国, 强军). Xi also personally directs the Party's Maritime Leading Small Group – thus placing him at the center of China's tou-

ghening position on the Senkaku/Diaoyu maritime dispute with Japan and its disputes with several Southeast Asian nations over conflicting claims in the South China Sea. This more muscular, assertive and nationalistic posture resonates deeply with the Chinese public, as well as the military.

Finally, Xi shows no signs of wanting to launch political reforms. To the contrary, on his tour of Guangdong Province in December – where he went to signal his support for the economic revolution Deng launched there – Xi delivered a blistering critique of Gorbachev's reforms, saying China needed to be vigilant against such risky revisionism that resulted in the collapse of the Soviet Union. In particular, Xi highlighted the need to maintain strict Party control over the military, arguing: "Why must we stand firm on the Party's leadership over the military? Because that is the lesson from the collapse of the Soviet Union. In the USSR, where the military was depoliticized, separated from the Party and nationalized, the Party was disarmed."

For his part, incoming Premier Li has echoed Xi's emphasis on combating corruption and curbing official extravagance. He also has signaled a reduction in bureaucratic red tape, arguing that the central government is overly involved in trying to administer too many sectors and he has outlined plans to reduce the government approval process by one-third.

POLICY CHALLENGES

These are still early days in the Xi era, and even earlier days for Li and those who will run the Chinese government. To be certain, the new leadership faces a formidable mountain of serious policy challenges in virtually every sector. They need to reorient the country's economic growth model away from a reliance on domestic infrastructure investment and low-tech exports to one that is driven by domestic consumer spending and higher value-added, knowledge-intensive exports. The latter requires not only massive reorientation of the educational and R&D sectors to spur indigenous innovation, it also requires breaking the monopolistic chokehold that the 145,000 huge state-owned enterprises have over key sectors of the economy: banking, energy, finance, defense, heavy industry, aerospace, telecommunications, and much of the transportation sector. In addition, China needs to adequately fund and address pressing social welfare issues: healthcare, environmental protection, education, pensions, old age care and other needs of a rapidly aging society. Constraints on the media need to be relaxed, and a real rule of law developed. Ethnic unrest in Tibet and Xinjiang is also a festering challenge. Finally, the new leadership faces a plethora of problems on the foreign policy front: managing strategic competition with the

United States; reassuring Asian neighbors rattled by Chinese territorial claims, military modernization, and assertive diplomacy; and repairing a deteriorating image across the developing world of a China only interested in resource extraction and the dumping of goods on their markets.

Tackling these multifaceted, complex and deep-rooted problems will not be easy. Assuming they truly try, the new leadership can be expected to encounter enormous forces of inertia and deeply embedded, powerful interest groups. Those who possess wealth, privilege and power in the Chinese system are not about to voluntarily divest themselves of it. Moreover, these vested interests are deeply embedded inside the Party itself. This raises a final issue of importance, but one that is not often addressed: the overall stability of the CCP party-state and the system over which it presides.

THE CCP'S FIN DE SIÈCLE?

The CCP has now been in power for 63 years. While possessing many instruments of strength, and having overseen the most remarkable national development in the history of the world, various cracks in the façade are visible. History never exactly repeats itself, but lessons can be drawn from it. In the case of China, Sinologists have witnessed repeated patterns of dynastic decline over the centuries and there seem to be many elements present in today's China that were apparent in the declining years of several of these dynasties and also during the republican period (1911-1949). These elements include:

- A hollow state ideology that society does not believe in, yet ritualistically feigns compliance with Elite factionalism and scheming
 - Intensified corruption and self-serving officials
 - Pronounced inequality between haves and have-nots
 - A pervasive sense of uncertainty and frustration among the populace
 - Failure to provide adequate social welfare to society
 - Increasingly widespread social and ethnic unrest
 - A declining respect for central authority and increased localism
- No real rule of law and capriciousness of the state
- Over-taxation, but siphoned off into officials' pockets

In addition to these, there is one other pertinent feature worth noting and another one to keep an eye on.

The first is the number of wealthy Chinese elites who have “one foot out the door” in the form of foreign bank accounts, foreign property and assets, foreign residency status (China does not permit dual nationality), children in foreign universities and relatives abroad. These individuals are ready to bolt at a moment's notice, as soon as the political system is in its endgame but they will remain in China in order to extract every last renminbi possible until that time. Their hedging behavior speaks volumes about the fragile stability of the Party-state in China today.

The second feature – the one to keep an eye on – is the institutions and professions responsible for enforcing one-party rule and maintaining the façade of legitimacy. The history of the former Soviet Union, East Germany and other former communist states in eastern Europe, as well as a range of Asian and Latin American authoritarian regimes, all indicate that when the “guardians” of the party-state (the censors and propaganda authorities, internal security services, the military, keepers of state secrets and intellectuals) become lax in enforcing the party-state's control over society, the façade begins to crack and it becomes clear the “emperor has no clothes.” This has not yet begun to occur in today's China which is why Xi warned of the importance of maintaining strict Party control of the military but observers and analysts should be alert to this prospect. Once the Party-state stops enforcing its own hegemony over society, the endgame has begun.

Thus, we must not miss the “forest for the trees” in our analysis of China's leadership today. It does matter who the new leaders are and what policies they will pursue but many of the challenges they face and that confront China today are systemic in nature, and thus bigger than individual leaders. Analysts of China would do well to be alert to, and monitor, these deeper features of the Chinese system and society.

David Shambaugh is Professor of Political Science & International Affairs and Director of the China Policy Program at George Washington University, and a nonresident Senior Fellow in the Foreign Policy Studies Program and Center for Northeast Asian Policy Studies at the Brookings Institution in Washington, D.C. His newest book is *China Goes Global: The Partial Power* (Oxford University Press, 2013).

TABLES

Table 1

Politburo Standing Committee (Rank Order)

1	Xi Jinping (State President and Chairman of the Central Military Commission)
2	Li Keqiang (Premier of the State Council)
3	Zhang Dejiang (Chairman of the National People's Congress Standing Committee)
4	Yu Zhengsheng (Chairman of the Chinese People's Political Consultative Congress)
5	Liu Yunshan (First Secretary of Central Secretariat; President, Central Party School)
6	Wang Qishan (Secretary of the Central Commission for Discipline Inspection)
7	Zhang Gaoli (Vice Premier of the State Council)

Table 2 - The Politburo

(Stroke Order of Names, Current Positions)

Xi Jinping	Vice-President of the CCP; Chairman of the Central Military Commission: President
Ma Kai	Vice Premier
Wang Qishan	First Secretary of the Central Commission for Discipline Inspection
Wang Huning	Director of Central Committee Policy Research Office
Liu Yunshan	First Secretary of CCP Secretariat; President, Central Party School
Liu Yandong	Vice Premier (Female)
Liu Qibao	Party Secretary of Sichuan Province
Xu Qiliang	Vice Chairman of the Central Military Commission
Sun Chunlan	Party Secretary of Fujian (Female)
Sun Zhengcai	Party Secretary of Jilin Province
Li Keqiang	Premier of the State Council
Zhang Dejiang	Chairman of National People's Congress Standing Committee
Li Jianguo	Vice Chairman and Secretary General of National People's Congress
Li Yuanchao	Vice President
Wang Yang	Vice Premier
Zhang Chunxian	Party Secretary of Xinjiang Autonomous Region
Zhang Gaoli	Vice Premier
Fan Changlong	Vice Chairman of the Central Military Commission
Meng Jianzhu	Secretary, Central Committee Commission of Politics and Law
Zhao Leji	Party Secretary of Shaanxi Province
Hu Chunhua	Party Secretary of Inner Mongolian Autonomous Region
Yu Zhengsheng	Chairman, Chinese People's Political Consultative Congress
Li Zhanshu	Party Secretary of Guizhou Province
Guo Jinlong	Party Secretary of Beijing Municipality
Han Zheng	Mayor of Shanghai Municipality

Table 3

The Secretariat

Liu Yunshan
Liu Qibao
Zhao Leji
Li Zhanshu
Du Qinglin
Zhao Hongzhu
Yang Jing

Table 4

The Central Military Commission

Chairman	Xi Jinping (President of the PRC and General Secretary of the CPC)
Vice Chairman	General Fan Changlong
Vice Chairman	Air Force General Xu Qiliang

Members

General Chang Wanquan	Minister of National Defense
General Zhang Youxia	Director of the General Armaments Department
General Fang Fenghui	Chief of the General Staff Department
General Zhang Yang	Director of the General Political Department
General Zhao Keshi	Director of the General Logistics Department
Air Force General Ma Xiaotian	Commander of the PLA Air Force
General Wei Fenghe	Commander of the Second Artillery Corps
Admiral Wu Shengli	Commander of the PLA Navy



Table 5

The State Council

Name	Position
Li Keqiang	Premier
Zhang Gaoli	Vice Premier
Liu Yandong	Vice Premier
Wang Yang	Vice Premier
Yang Jing	State Councilor
Chang Wanquan	State Councilor
Yang Jiechi	State Councilor
Guo Shengkun	State Councilor
Wang Yong	State Councilor
Wang Yi	Minister of Foreign Affairs
Chang Wanquan	Minister of National Defense
Xi Shaoshi	Minister of National Development & Reform Commission
Yuan Guiren	Minister of Education
Wan Gang	Minister of Science & Technology
Miao Wei	Minister of Industry and Information Technology
Wang Zhengwei	Minister of State Ethnic Affairs Commission
Guo Shengkun	Minister of Public Security
Geng Huichang	Minister of State Security
Huang Shuxian	Minister of Supervision
Li Ligu	Minister of Civil Affairs
Wu Aiying (female)	Minister of Justice
Liu Jiayi	Auditor-General
Lou Jiwei	Minister of Finance
Yin Weimin	Minister of Human Resources & Social Security
Jiang Daming	Minister of Land & Resources
Zhou Shengxian	Minister of Environmental Protection
Zhou Xiaochuan	Governor of the People's bank of China
Jiang Weixin	Minister of Housing and Urban-Rural Development
Yang Chuantang	Minister of Transport
Chen Lei	Minister of Water Resources
Han Changfu	Minister of Agriculture
Gao Hucheng	Minister of Commerce
Cai Wu	Minister of Culture
Li Bin (female)	Minister of National Health and Family Planning Commission

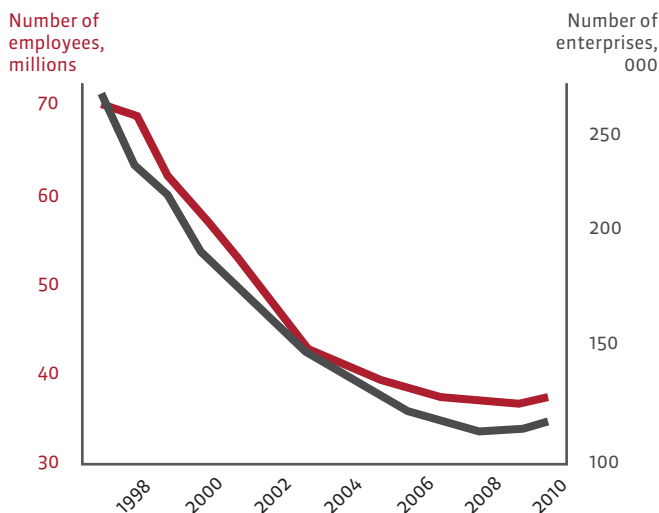
REFORM PRIORITIES - THE NEXT TEN YEARS

Hua Guancha³, Dragonomics

China's economy, politics and society are at a crossroads. The process of "reform and opening," begun in 1978, ushered in 30 years of dramatic change. China's economic miracle—leaping from poverty to middle-income status within a generation—was built on good government policies, a huge demographic dividend, and a benign external environment. Yet China's problems today are more complicated, its obstacles more daunting, and the consequences of bad policy more severe than they have been for at least two decades. Sustaining economic growth and creating widespread prosperity will require bold new reforms. The policies put in place by President Xi Jinping and Premier Li Keqiang will shape China's trajectory for many years to come.

China's new leaders face abundant challenges, and they realize this. Confidence in the country's economic sustainability, social stability, and even government legitimacy is weakening. This does not mean the leadership will countenance a radical political transition like those in Taiwan and South Korea. Instead, it will seek to recalibrate the relationship between the government and the market. China's leaders know that growing state-owned enterprises (SOEs) are squeezing the private sector and creating serious economic inefficiencies, that corruption is rampant and social conflict rife. Solving these problems will require opening up protected markets, increasing transparency, and improving the rule of law. If the new Xi-Li administration can begin this reform process, China has a good chance of becoming a truly strong nation. If it fails to do so, economic and social development will—at the very least—take a step backward. The worst-case scenario is that China descends into chaos.

Readvancing?
Size of state-owned sector



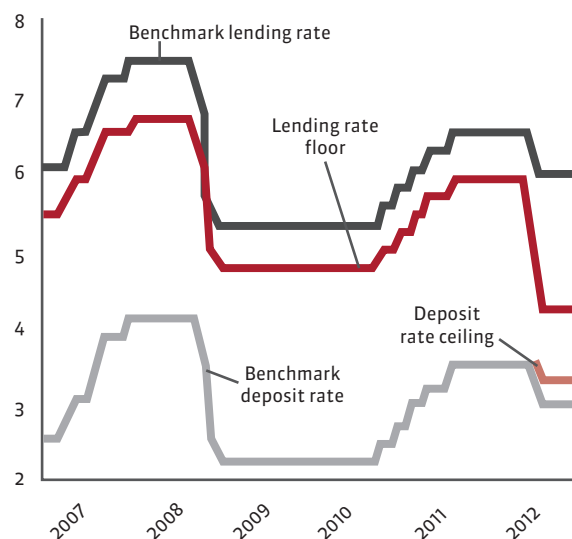
Source: Ministry of Finance, Sasac, GaveKal Data

CHOPPING OFF THE STATE'S TENTACLES

Fundamental reforms need to be made on two broad fronts—economic and political. The first economic goal must be to reform the role of state-owned enterprises (SOEs). Because SOEs control capital, land and other key resources, they are able to expand their scale and reach at the expense of private players, and therefore reap huge profits. And because they bring little technical or organizational innovation to the table, SOEs stifle economic vitality. Simply put, China's oversized state sector is a recipe for economic inefficiency. China's dynamic private sector will remain stunted as long as state-owned behemoths retain their tentacles throughout much of the economy.

It's a start

Interest rates on loans and deposits, %



Source: CEIC, GK Dragonomics estimates

The second economic goal is to let the market set important prices. Most crucially, liberalizing the price of money is needed to push up the cost of capital, limit wasteful investment by SOEs and government, and boost household income. Banks need to be given greater flexibility to set interest rates, and more private players need to participate in lending. In addition, the market needs to play a much greater role in pricing energy and resources, notably land, water and electricity. Unless its leaders can wrest control of primary economic inputs from the grip of price manipulators and rent seekers, China will never become a true market economy.

³ Hua Guancha is a pseudonym for an editor in a prominent Chinese media group – Texto publicado na China Economic Quarterly

In the near term, these economic reforms are far more likely than specific political reforms. But it is worth remembering that all economic reform in China entails an element of political reform—and it is clear that some institutional reform is necessary to provide the conditions for economic reforms to work. First, this means governing according to the rule of law, via independent court trials and respect for procedural justice. Without such a legal system, there can be no real equality and no fair competition. Second, the process of governance must become more transparent by disclosing both officials' assets and all government budgets. China has a system for reporting the assets of officials, but the results are not yet made public. There is no lack of good policy, but there is a shortage of effective implementation.

China must also deepen the role of direct elections at the grassroots level, within villages and urban neighborhoods. As the number of independent candidates rises, so too will the interest of the general public. Conflicts will occur, but the right to vote must prevail. Strengthening civil society is vital to help balance the overbearing power of the government. The operation restraints on NGOs—including registration, government sponsorship, tax policies, etc—remain intolerable. But there are, finally, signs of hope: since 2011, NGOs in Guangdong have no longer needed a government sponsor to register. One can hardly overemphasize the importance of this step, especially if it marks a precursor to similar changes elsewhere.

STABILITY COMES THROUGH REFORM

This checklist of reforms can help us to judge whether China is moving in the right direction as policy is made over the next 10 years. But what are the chances of this long and complex list of reforms coming to fruition? Many people are not optimistic: they see nothing new in the Communist Party's statement issued after 2012's 18th National Congress, and they see no vigor in a bunch of new leaders picked via a closed process of secretive horse-trading. Yet I believe the scenario is brighter than expected.

Peace is crucial to economic growth in any country, as Adam Smith argued long ago. And it is particularly important in modern China, where the risk of conflict between leftist and rightist extremes is growing. Those who are disappointed by the moderate stance of the country's leaders forget the importance of keeping both political wings on side. China's new leaders believe in the old-fashioned virtue of keeping the country stable — and I believe they have a fair chance of achieving this, because they also understand that the only way to ensure stability is

through further reform. Although many government officials still seem indifferent to people's suffering, more and more of them worry that they are sitting on a social and, therefore, political volcano. Since there is a consensus that only reform can keep China growing, further reforms will have to come.

How that reform process is managed is another matter. In politics, China's leaders believe in "crossing the river by feeling the stones"; in economic matters, they prefer "top-down design." As stated at the 18th National Congress, further reform will focus on improving the relationship between the government and the market. Reforming political institutions — and therefore taking on powerful vested interests — will be a tough and risky venture for new leaders just getting established. But there are a number of useful measures that can realistically be accomplished, such as merging truculent government departments into new "super-ministries" and bringing more transparency to public finances. Forcing officials to reveal their assets will meet strong resistance, but popular pressure means this reform is probably inevitable.

THROW DOWN THE DRAWBRIDGE...

Reforming the market will require changes on both the supply and the demand side. On the supply side, this means first reforming the financial system. The recent moves to introduce greater exchange-rate flexibility and liberalize interest rates mean this process has already begun. Moreover, central bank chief Zhou Xiaochuan has promised gradually to open the country's closed capital account and to introduce new bankruptcy rules for banks—a measure designed to limit the potential damage of China's growing stock of bad loans. The determination of both the central bank and the securities regulator to push financial reform look well established and this trend is likely to remain on course, whoever is at the helm.

Reforming SOEs will prove more challenging, as the state's fat cats will certainly refuse to give up their cream without a fight. Rather than trying to wrest control directly, the new leadership would be better advised to liberalize a host of prices—from water, electricity, energy and land, to interest and exchange rates. One of SOEs' biggest advantages over private players is their privileged access to scarce or controlled resources. Once they lose this competitive advantage, their power will begin to drain away. In the near future, therefore, we are much likely to see price reform than a direct restructuring of SOEs. Policy makers should allow the market to do its work.

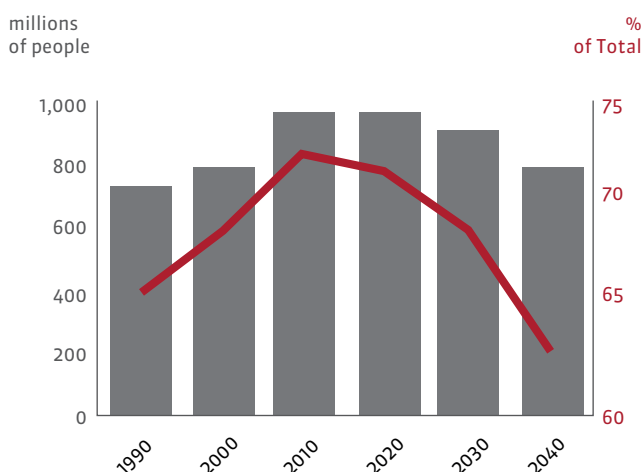
...AND LET THE PEOPLE IN

On the demand side of the equation, China's new leaders will pay particular attention to creating a healthier form of urbanization. Li Keqiang believes that urbanization is the key to boosting domestic demand, not only because it will require huge investments in roads and housing, but also because urban citizens consume far more than their country cousins. This means reforming China's iniquitous household registration (hukou) system, which ensures that up to 250m rural migrants live in China's cities with little or no access to urban welfare and social security. If China gradually abolished the distinction between urban and rural hukou and did a better job of integrating rural migrants into urban society, it would create a vast new population of urban consumers.

Second, leaders need to pay more attention to land reform. At present, all rural land is owned by village collectives, and farmers have no right to sell their individual plots. Yet if individual farmers were allowed to sell their land, they could migrate to cities with money in their pocket. More precisely, if farmers could sell the non-farmland under their homes to developers, this would boost the supply of urban construction land and help to make city housing more affordable. It is indefensible that farmers should not be allowed to benefit financially from their chief asset — their land — when so many urbanites have got rich climbing the property ladder. Land reform is crucial to create a healthier, more sustainable model of urbanization.

Fewer workers

Population of working age (15-64 years)



Source: US Census Bureau, 2010 Census, GK Dragonomics estimates

One consequence of allowing farmers to benefit from rising land values in the city is that local governments would lose a valuable source of income. Under current rules, only government officials can turn designated rural land into urban land for construction, and flipping rural land is a major source of income. So these reforms would in turn require a restructuring of China's outmo-

ded tax system. New taxes on property, natural resources and corporations' environmental impact could provide an alternative source of income to fund public services and local infrastructure. Finally, rather than being forced into the shadow banking system to gain access to funds, local governments should be allowed to issue debt.

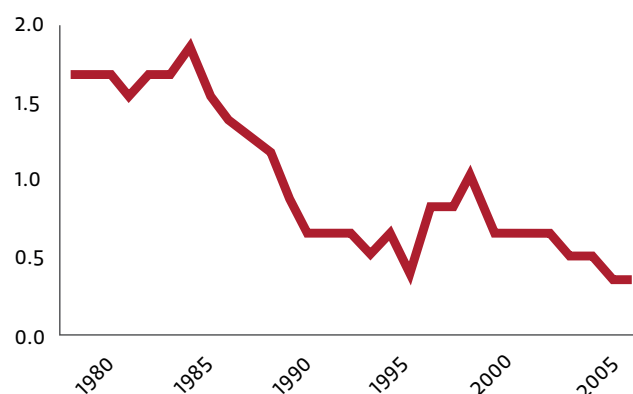
NEW LEADERS MUST RISE TO THE CHALLENGE

The list of challenges facing President Xi and Premier Li is long, and we have no crystal ball to see how the next stage of China's reform process will play out. Over the past three decades, China's economic miracle was driven by a number of ambitious reforms—abandoning collective farming, allowing farmers to migrate to cities, and entering the World Trade Organization, to name a few. China is now at a stage in its development when further bold reforms are needed to keep its remarkable economic and social development on track. If China's new leaders do not have the guts to make the necessary reforms, there is a very real danger that the fruits of decades of development could be wiped out.

China's economy is much larger and more complex than it was when Deng Xiaoping ushered in the initial period of Reform and Opening more than 30 years ago. And because so much of the nation's wealth is held by vested interests, reform is arguably harder to implement today than it was then. Yet China's new leaders have no choice: the demographic dividend that helped to propel the economy over the past three decades is coming to an end, and the surging export growth enjoyed in the first decade of this century is unlikely to return. That means that China must rely instead on a "system dividend," via a raft of political, economic and social reforms, to fire future growth and create a more prosperous society. I have every confidence that our leaders, once again, will rise to the challenge.

... means no more dividend

Contribution of growing labor supply to GDP growth, %



Source: Asian Productivity Organization

O POTENCIAL DO TURISMO CHINÊS NO MUNDO E NO BRASIL



Como é sabido, nos últimos dez anos, a China passou por uma fase de desenvolvimento econômico acelerado, transformando-se na segunda maior economia mundial. Como consequência do avanço vivenciado pelo país, houve uma distribuição significativa de renda para parte de sua população e o enriquecimento de milhares de chineses. A renda per capita, que era da ordem de 7 mil RMB em 2001, triplicou nos últimos anos, ultrapassando o patamar de 35 mil RMB em 2011. Hoje, a China é um dos países com maior número de milionários do mundo – mais de um milhão de chineses já possuem fortunas acima de US\$ 1 milhão e 63,5 mil chineses acumulam patrimônio superior a US\$ 10 milhões¹. Estes dados apontam para o surgimento de um novo ator no mercado de turismo internacional, o turista chinês, que já é representativo em termos de quantidade e volume de dinheiro gasto no exterior, além de apresentar um perfil distinto de outros turistas no mundo.

Em função da aproximação de grandes eventos internacionais que serão sediados no Brasil, como a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos de 2016, e dos fortes vínculos econômicos e comerciais entre Brasil e China, o Análise CEBC optou por explorar, nesta edição da Carta Brasil-China, o tema do turismo chinês no Brasil e no mundo. No decorrer do texto serão apresentados os grandes números sobre o turismo chinês mundialmente, uma breve análise do perfil do turista chinês e os dados sobre a presença de turistas chineses no Brasil.

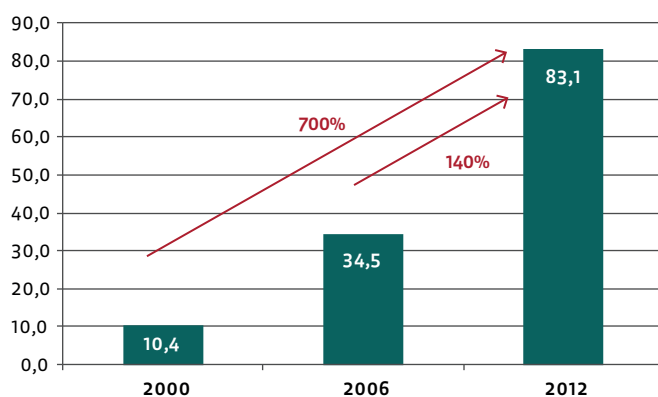
A CHINA JÁ É O PRINCIPAL PAÍS QUE ENVIA TURISTAS PARA O EXTERIOR

Antes de entrar em detalhes, é importante destacar que a United Nations World Tourism Organization (UNWTO) alerta que os dados referentes ao envio de turistas de um país para o exterior sofrem por problemas metodológicos, oriundos da dificuldade, por parte do Ministério do Turismo do país de origem, em rastrear a atividade de seus turistas em terceiros países. Como não existe fonte oficial para os dados de envio de turistas ao exterior, muitos dados precisaram ser agrupados de acordo com as fontes oficiais de cada país de destino. Só assim foi possível ter uma ideia mais clara sobre os números de turistas chineses que viajaram para outros países.

Em 2012, mais de 80 milhões de turistas chineses viajaram para o exterior. Como pode ser visto no Gráfico 1, este número cresceu de forma acentuada nos últimos anos.

¹Dados apresentados pela Hurun Report 2012.

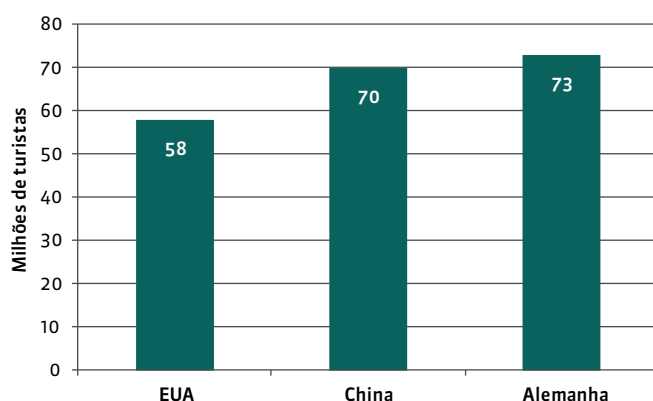
Gráfico 1 - Nº de turistas chineses que viajaram ao exterior (milhões de turistas)



Fonte: National Bureau of Statistics of China - Elaboração: CEBC

O fenômeno de crescimento do número de turistas chineses que viajam para o exterior não impressiona somente pelos dados absolutos da China. Ao comparar o país asiático com outros países no mundo, fica claro que o turista chinês é um novo e relevante componente do mercado mundial de turismo. Já em 2011, a China ultrapassou os EUA e foi a segunda nação que mais enviou turistas ao exterior. E, ao que tudo indica, em 2012, a China ultrapassou a Alemanha, tornando-se o principal país em termos do número de turistas no exterior. Como a Alemanha ainda não divulgou seus dados oficiais, em 2012, ainda não é possível afirmar, categoricamente, que os chineses ultrapassaram os alemães. Contudo, em comparação com 2011, seria necessário que mais 10 milhões de turistas alemães viajassem para o exterior em 2012, para que o número de turistas alemães ultrapassasse o de turistas chineses, cenário pouco provável dada a crise econômica que a Zona do Euro tem vivenciado.

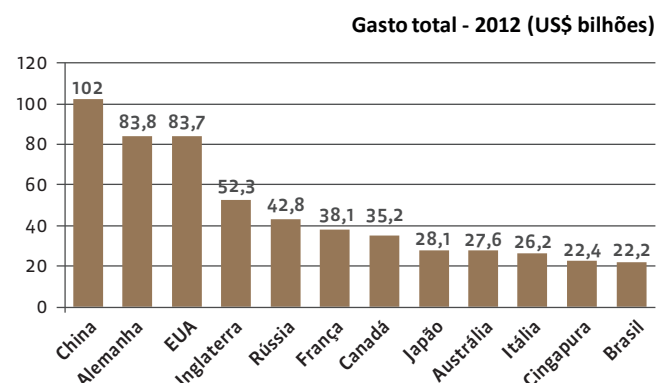
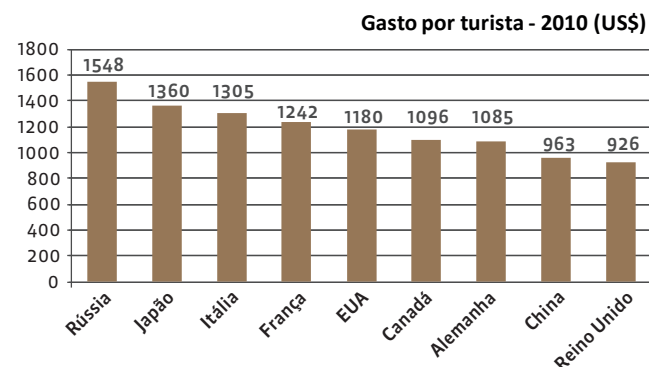
Gráfico 2 - Nº de turistas que viajaram ao exterior em 2011 (milhões de turistas)



Fonte: UNWTO, U.S. Office of Travel & Tourism Industries (OTTI), International Tourism Consulting Group - Elaboração: CEBC

O mesmo pode ser dito com relação ao valor gasto pelos turistas chineses no mundo. De acordo com estimativas da UNWTO, em 2012, a China foi o país que mais teve gastos no exterior. No entanto, quando se verifica o gasto por turista chinês, o valor é pequeno se comparado a outros países. Enquanto um turista russo despendeu em média US\$ 1,5 mil, em 2010, o turista chinês gastou, em média, US\$ 963, valor 35% inferior.

Gráfico 3 – Gastos dos turistas chineses no exterior



Fonte: UNWTO - Elaboração: CEBC

Já com relação aos principais destinos dos turistas chineses, é possível perceber uma clara preferência por países próximos da China, localizados no Sudeste Asiático, como Japão, Coreia e Tailândia. Além disso, é importante esclarecer que o governo chinês considera destinos como Hong Kong, Macau e Taiwan como territórios onde o cidadão chinês precisa de visto para viajar. Desta forma, os turistas que se deslocam para lá são contabilizados como turistas que vão ao exterior. Tal método utilizado pelo governo chinês pode gerar discussões acerca da extensão do número de turistas chineses no mundo, pois os dados agregados estão inflacionados em função do número de turistas que se deslocam para Hong Kong, Macau e Taiwan, destinos que, teoricamente, deveriam pertencer ao turismo doméstico e não internacional da China.

Tabela 1 - 10 principais destinos dos turistas chineses

Posição	Destino	Turistas chineses (mil)
1	Hong Kong	12.000,00
2	Macau	4.500,00
3	Japão	1.900,00
4	Coreia do Sul	1.900,00
5	Taiwan	1.600,00
6	Tailândia	1.500,00
7	Vietnam	1.200,00
8	Cingapura	1.200,00
9	Malásia	1.100,00
10	EUA	1.000,00

Fonte: China National Tourism Administration - Elaboração: CEBC

Vale destacar que o turista chinês também é representativo no total de turistas recebidos por estes países. A opção pela escolha do turismo regional pode ser justificada por uma série de fatores, como maior economia com passagens e hospedagem. Além de serem destinos mais baratos, se comparados aos países da Europa e dos EUA, dispõem de uma melhor infraestrutura específica para receber o turista chinês, dado que países do leste asiático possuem grande diáspora chinesa que serve como apoio para a recepção e tratamento do turista chinês. Por outro lado, apesar de crescente, o peso do número de turistas chineses em destinos consagrados internacionalmente ainda é pouco significativo, não ultrapassando mais que 2%.

Tabela 2: Destino dos turistas chineses em países selecionados em 2011

Destino	Turistas chineses (mil)	Turistas do mundo (mil)	China/Mundo
Hong Kong	12.000,00	22.316,00	54%
Macau	4.500,00	12.925,00	35%
Japão	1.900,00	6.219,00	31%
Taiwan	1.600,00	6.087,00	26%
Vietnam	1.200,00	6.014,00	20%
Coreia do Sul	1.900,00	9.795,00	19%
Cingapura	1.200,00	10.390,00	12%
Tailândia	1.500,00	19.098,00	8%
EUA	1.000,00	62.325,00	1,6%
Alemanha	500,00	28.352,00	1,8%
França	600,00	79.500,00	0,8%
Inglaterra	149,00	29.192,00	0,5%
Itália	149,00	46.119,00	0,3%
Espanha	125,00	56.694,00	0,2%

Fonte: China National Tourism Administration - Elaboração: CEBC

O PERFIL DO TURISTA CHINÊS

Na última década, a China passou por uma revolução não somente econômica como também social. O país que, em 2000, tinha uma população rural preponderante, em 2012, se tornou majoritariamente urbano, ultrapassando a barreira dos 50% de população citadina. Esta migração de população rural para população economicamente ativa e urbana ocorreu de forma acelerada, sem tempo para que hábitos de comportamento urbano fossem incorporados. Este fator, somado às especificidades culturais e históricas do povo chinês, torna o turista chinês um ator de extrema distinção para o mercado internacional de turismo. Tal grau de especificidade poderia passar despercebido se fosse o caso de turistas de outros países com cultura e hábitos ímpares. Porém, a crescente relevância do turista chinês, em termos de quantidade e volume total de gastos no exterior, certamente, não passará despercebida pelo mercado de turismo internacional. Neste momento, existem dois cenários não excludentes: ou o mercado se adapta para atender as necessidades dos turistas chineses, ou os turistas chineses devem mudar alguns hábitos próprios ou ainda criar gostos similares aos dos turistas que já são codificados pelo mercado. Nenhuma destas opções é foco desta análise; o que se pretende aqui é apresentar algumas características do turista chinês que foram possíveis de levantar.



Características levantadas do turista chinês:

- compras são apontadas como a principal atividade no exterior;
- preferem gastar dinheiro em compras ao invés de alimentação;
- levam dinheiro não só de parentes, mas também de amigos, para a aquisição de bens de consumo, costumando fazer grandes compras e com itens repetidos; e
- gastam dinheiro em marcas de luxo que seriam mais caras na China.
- viajam em grandes grupos autorizados pelo governo chinês;
- geralmente, não podem se desvincular dos grupos por grandes períodos de tempo durante uma viagem internacional;
- costumam estar acompanhados por guias de turismo chineses;
- em comparação ao turista padrão, não se interessam muito por visitas a lugares histórico-culturais e paisagens naturais;
- não se aventuram na culinária local de outros países, preferindo ir a restaurantes chineses;
- apreciam hotéis que oferecem refeições similares às encontradas na China, como por exemplo, mingau de arroz no café da manhã;
- costumam não atentar para regras internas de hotéis como a proibição de fumar.

Já com relação a características específicas do comportamento do povo chinês, o governo da China elaborou, em outubro de 2006, um guia de comportamento para aqueles que embarcam em viagens internacionais. O manual, intitulado “*The Frequent Bad Behaviors of Chinese Citizens Who Travel Abroad*”, tem como objetivo diminuir o choque comportamental dos turistas chineses em relação a diferentes culturas locais. No guia foram listados alguns hábitos chineses que costumam causar desconforto em outras partes do mundo, como:

- jogar lixo em locais impróprios;
- cuspir no chão;

- furar fila;
- tomar de forma súbita assentos em transportes públicos;
- tirar calçados e meias em espaços públicos;
- falar alto; e
- fumar em áreas de não fumantes.

Um dos motivos para a preocupação com o comportamento dos turistas chineses está no fato de que alguns de seus hábitos têm prejudicado a imagem da China como uma “nação bem educada”, gerando críticas vindas tanto da esfera doméstica como de fora do país.

O BRASIL É O PRINCIPAL DESTINO DOS TURISTAS CHINESES NA AMÉRICA LATINA

Segundo os dados que foram possíveis levantar, a América Latina é um destino ainda pouco explorado pelos turistas chineses no mundo. Isto pode ser justificado pela distância que separa o país asiático do continente latino-americano, assim como pela falta de atrativos turísticos que sejam do agrado específico do povo chinês. Por exemplo, o turista chinês está mais interessado em realizar compras e negócios no exterior do que visitar destinos histórico-culturais ou aproveitar paisagens naturais, pontos fortes do turismo latino-americano. Desta forma, o Brasil, como principal força econômica da região, se apresenta como o grande destino dos turistas chineses na América Latina. Também se deve salientar que, assim como em destinos consagrados da Europa e dos EUA, o turismo chinês em países da América Latina possui pouca representatividade, em muitos casos, não ultrapassando 1% do total dos turistas recebidos.

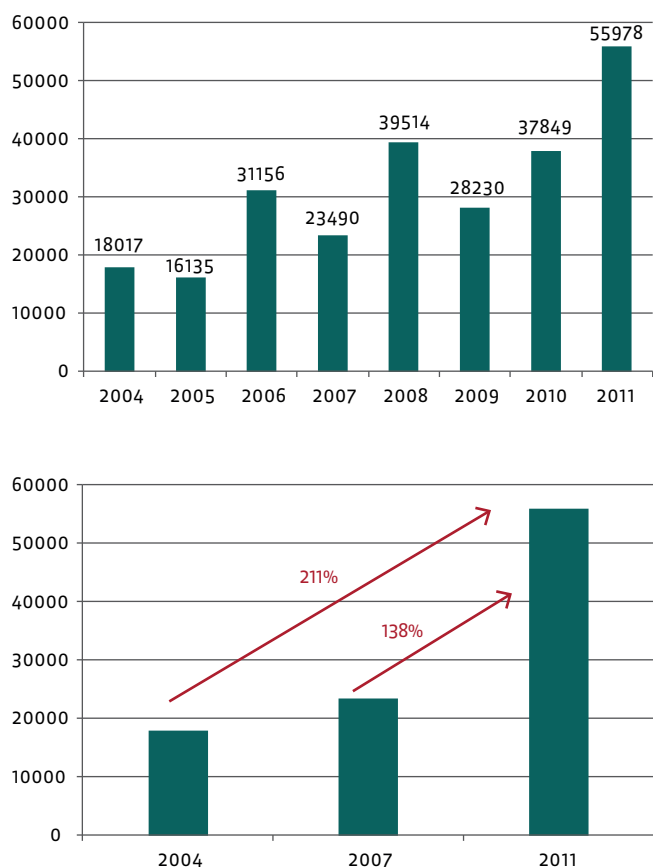
Tabela 3: Destino dos turistas chineses em países latino-americanos selecionados em 2011

Destino	Turistas chineses (mil)	Turistas do mundo (mil)	China/Mundo
Brasil	56,00	5.433,00	1,0%
México	36,00	23.403,00	0,2%
Argentina	25,00	5.663,00	0,4%
Chile	7,00	3.070,00	0,2%
Colômbia	3,20	2.385,00	0,1%
Uruguai	3,20	2.857,00	0,1%

Fonte: Ministérios do Turismo dos respectivos países. Elaboração: CEBC

Já com relação aos turistas chineses no Brasil, apesar do número absoluto ainda não ser representativo, sua evolução tem apresentado acelerado crescimento nos últimos anos.

Gráfico 4 - Evolução do nº de turistas chineses no Brasil

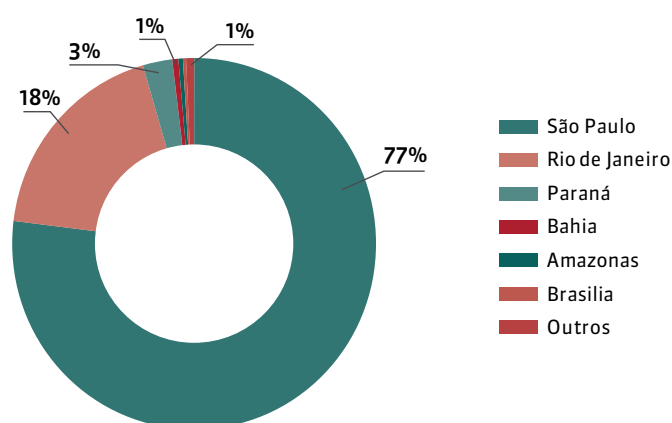


Fonte: Ministério do Turismo - Elaboração: CEBC

Todo ano, o Ministério do Turismo realiza um levantamento junto aos turistas dos principais países de origem que visitam o Brasil sobre o perfil de consumo dos mesmos no mercado brasileiro. Nele são perguntadas questões como: motivo da viagem, tipo de alojamento, composição do grupo turístico, gasto médio e tipo de transporte, entre outras. Este levantamento é chamado de “Perfil da Demanda Turística Internacional” e consiste em um importante instrumento a fim de preparar o Brasil para receber turistas de outros países do mundo. No entanto, apesar da importância econômica da China e da emergência de seus turistas no exterior, este levantamento, para o caso dos turistas chineses, não é realizado ou divulgado publicamente. Desta forma, ainda faltam dados específicos sobre o perfil do turista chinês no Brasil. É possível ter acesso à distribuição geográfica destes turistas, que indica São Paulo como o principal destino no país. Apesar de não ser um destino turístico de muito destaque nacional, é possível que o grande volume de turistas chineses indo para São Paulo seja explicado por empresários chineses que entram com visto de turismo para fazer negócios, ou por aqueles que visitam seus familiares na comunidade chinesa no estado.

Gráfico 5 - Distribuição geográfica dos turistas chineses no Brasil

São Paulo	43.101
Rio de Janeiro	10.358
Paraná	1.471
Bahia	302
Amazonas	223
Brasília	158
Rio Grande do Sul	103
Minas Gerais	56
Pará	47
Pernambuco	30
Ceará	23
Santa Catarina	19
Mato Grosso do Sul	8
Rio Grande do Norte	8
Outros	101



Fonte: Ministério do Turismo-Elaboração: CEBC

O Brasil ainda precisa aprimorar sua infraestrutura turística para receber os chineses. O setor de turismo é um setor proibido para investimentos na China e muito regulamentado pelo seu governo. Não são todas as agências de turismo que podem receber turistas chineses: estas precisam ser habilitadas pelos governos chinês e brasileiro para, então, receberem os turistas. Em 2012, 52 agências brasileiras foram autorizadas por ambos os governos para trabalhar com turistas chineses, número relativamente pequeno se comparado ao total de agências de turismo que o Brasil possui. Além disso, os hotéis brasileiros não possuem funcionários treinados em chinês ou material específico para dar apoio à estadia do turista chinês nestes estabelecimentos. Tampouco assimilaram peculiaridades do comportamento chinês, como, por exemplo, alimentação diferenciada no café da manhã.

Algumas iniciativas já foram tomadas pelo governo brasileiro para promover o turismo chinês em nosso país. A Embratur participou da Expo Shanghai em 2010 e, em Setembro de 2012, também participou de feiras de promoção do turismo realizadas no país asiático. No entanto, não existem políticas específicas para a promoção do turismo chinês dentro do Brasil. Um exemplo disto é o fato do turismo não ter sido contemplado no último Plano Decenal, assinado em 2012, entre a presidente Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro, Wen Jiabao. O que existe é um acordo, que data de 2004, denominado 'Memorando de Entendimento entre o Ministério do Turismo e a Administração Nacional de Turismo da China', que concedeu ao Brasil o status de 'Destino Aprovado' (ADS) para os turistas chineses. Este acordo tornou possível que o Brasil habilitasse suas agências de turismo junto ao governo chinês.

² Estimativas apresentadas pelo então Embaixador da China na Inglaterra, Sr. Liu Xiaoming, à agência oficial de imprensa chinesa, Xinhua.

Vale lembrar que Londres recebeu, durante os Jogos Olímpicos de 2012, entre os meses de julho e agosto, 250 mil turistas chineses que gastaram um total de aproximadamente US\$ 80 milhões² somente com compras. Ao que tudo indica, levando em consideração as taxas de crescimento do número de turistas chineses e de seus gastos no exterior, os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, receberão um número ainda maior de turistas e seus gastos certamente serão um componente de importante receita para o turismo brasileiro. Desta forma, para melhor explorar o potencial do turismo chinês nos grandes eventos que o Brasil sediará nos próximos anos, será necessário um esforço de levantamento de informações, análises e coordenação entre os atores envolvidos no mercado de turismo brasileiro e entre os governos brasileiro e chinês, além da implementação de ações de promoção para atrair mais turistas ao Brasil.



QUEM SOMOS

O Conselho Empresarial Brasil-China é formado por duas seções independentes, uma no Brasil, outra na China. Dedicar-se à promoção do intercâmbio econômico Brasil-China e, sobretudo, a fomentar o diálogo entre empresas dos dois países. O CEBC propõe-se a contribuir para um bom ambiente de comércio e investimentos, assim como a entender e divulgar as novas tendências observadas no dinâmico relacionamento Brasil-China. Atualmente, o CEBC é composto por cerca de setenta das mais importantes empresas e instituições brasileiras e chinesas com investimentos e negócios nos dois países.

ASSOCIADOS DO CEBC

A&W(Shanghai) Woods Co.Ltd / Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) / Aluminum Corporation of China Limited / Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC) / Associação Brasileira de Celulose e Papel – BRACELPA / BAIDE Industry (ZhaoQing) Co.,Ltd / Banco do Brasil / Banco Itaú BBA / Bank of Montreal / Baosteel Co.,Ltd. / Blooming Drilling Rig Co.,Ltd / BNDES / Bradesco / BRF / Bunge / Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI / China Aviation Industry Corp. / AVIC / China Civil Engineering Construction Corporation / China Forestry Group Corporation / China Invest / China Metallurgical Group Corporation(MCC / China Minmetals Corporation / China Nonferrous Metal Industry's Foreign Engineering and Construction Co., Ltd. (NFC) / China North Industries Corp. / China Railway Construction Corporation Limited / CITIC Group / COFCO Corporation / Comexport / Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) / Construtora Odebrecht / Deloitte / Duarte Garcia, Caselli Guimarães e Terra Advogados / Embraer / Êxito Importação e Exportação - XCMG / Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (FIEMT) / Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) / Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) / Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) / Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) / Felsberg e Associados / Fujian Electronics & Information (Group) Co., Ltd. / Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) / Fundação Instituto de Administração (FIA) / GDK S.A / Guosen Securities / Huawei do Brasil / Huawei Technologies Co., Ltd. / Hubei Golden Ring Co.,Ltd / Mattel do Brasil Ltda. / McLarty Associates / Multilog / Nucor Company Limited / Petrobras / PwC / Sertrading / ShanXi Foreign Investment & Trade (Group) Co.Ltd / SINOPEC / Suzano Papel e Celulose / TozziniFreire Advogados / Vale / Veirano Advogados / WDS - Woodbrook Drive Systems Acion / Wuhan Iron and Steel (Group) Company profiles / XinXing Cathay International Group Co., Ltd / Yafela Trading (Beijing Ltd. / Yankuang Group Co.Ltd

Patrocínio:

